

JOSÉ RENATO NALINI
RICARDO FELÍCIO SCAFF
Coordenadores

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E A 4^a REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Aline Dias de França
Alison Cleber Francisco
Ana Paula Goyos Browne
André Luiz Pancioni
Andreia Ruzzante Gagliardi
Daniela Silva Mróz
Eliana Lorenzato Marconi
Érica Barbosa e Silva
Gustavo Renato Fiscarelli
Júlia Cláudia R. da Cunha Mota
Kareen Zanotti De Munno

Karine Maria Famer R. Boselli
Luis Carlos Vendramin Júnior
Marcelo Salaroli de Oliveira
Milena Guerreiro
Oscar Paes de Almeida Filho
Patrícia Gasperini Faria Saliba
Raquel Silva Cunha Brunetto
Renata H. F. Camargo Viana
Ricardo Custódio
Rui Gustavo Camargo Viana

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2021
quartierlatin@quartierlatin.art.br

JOSÉ RENATO NALINI & RICARDO FELÍCIO SCAFF (COORDS.)

Registro Civil das Pessoas Naturais e a 4ª Revolução Industrial

São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 978-65-5575-106-2

1. Registros Públicos. 2. Registro Civil. 3. Pessoas Naturais. 4. Economia 4.0.
5. Registro Digital. 6. 4ª Revolução Industrial. 7. Cidadania Digital.
8. Direito Digital. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

Imagem Capa

Freepik.com

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone/*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Os officios da cidadania e a 4ª Revolução Industrial, por José Renato Nalini e Ricardo Felício Scaff	11
---	----

I.

HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO E O MUNDO

DIGITAL: OS DESAFIOS DE UMA NOVA REALIDADE, 17

Aline Dias de França

1. Introdução	17
2. Habilitação para o Casamento	18
3. Modo do Procedimento	20
4. O Requerimento	21
5. Certidões	24
6. Declarações e Autorizações	25
6.1. O consentimento para o casamento	25
6.2. Declaração das testemunhas	26
6.3. Declaração do estado civil, domicílio e residência	27
6.4. Outras declarações	27
7. Publicação do Edital	29
8. Oposição	30
9. Manifestação Ministerial	31
10. Certificado de Habilitação	32
11. Inteligência Artificial	34
12. Conclusão	35
13. Referências	37

II.

AUTOMATIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS VIA CRC

(CENTRAL DE REGISTRO CIVIL) COMO FORMA DE PROMOVER A

EFETIVIDADE IMEDIATA E PUBLICIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS, 39

Ana Paula Goyos Browne

Introdução	39
Publicidade do Registro Civil	42
Averbações e os princípios finalísticos da Segurança Jurídica, da Publicidade e da Autenticidade	46
Princípio da eficiência da administração pública	49
Princípio da Duração Razoável do Processo	50
Princípio da efetividade do Processo	51
Princípio da Eficiência Processual	52
Central de Informações do Registro Civil e o módulo CRC-JUD	53
Operacionalização	56
Conclusão	58
Bibliografia	60

III.**REGISTRO CIVIL BRASILEIRO E O RECONHECIMENTO
DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA: CONVÊNIO PARA O
OFÍCIO DA CIDADANIA, 61***André Luiz Pancioni*

Introdução	61
1. Evolução do registro civil das pessoas naturais: do registro civil aos ofícios da cidadania	62
2. A aquisição de nacionalidade estrangeira	66
3. Da conveniência e possibilidade jurídica de um convênio entre os ofícios da cidadania e as repartições estrangeiras	70
4. O papel do registrador junto ao convênio	75
Conclusão	77
Bibliografia	78

IV.**REGISTRO ELETRÔNICO E LGPD:
PRINCÍPIOS, PREOCUPAÇÕES E DESAFIOS PARA O RCPN, 79***Andreia Ruzzante Gagliardi*

Introdução	79
1. Registro Civil Eletrônico	81
1.1. Conceito	81
1.2. O registro eletrônico no ordenamento pátrio – fundamentos legais	82
1.3. Modelo híbrido atual	86
Recomendação 9, de 07/03/2013	86
Provimento 46, de 16/06/2015	87
Provimento 50, de 28/09/2015	89
Provimento 74, de 31/07/2018	89
1.4. Vantagens e desvantagens do modelo híbrido	90
2. A LGPD sob a perspectiva do RCPN	92
2.1. Visão geral sobre a LGPD	92
2.2. Aplicabilidade da LGPD ao Registro Civil	95
2.3. Princípios mais relevantes e base legal para tratamento de dados no RCPN	97
2.4. A LGPD como novo vetor interpretativo para o Registro Civil	99
3. A LGPD na prática do RCPN	101
3.1. Segurança da informação	101
3.2. Boas Práticas e Governança	103
3.3. Direitos dos titulares	104
3.4. Revisão do conteúdo dos assentos	106
4. Desafios econômicos: a sustentabilidade do Registro Civil	107
Conclusões	108
Bibliografia	109

V.**O CASAMENTO ON-LINE E SEUS****REFLEXOS NO DIREITO REGISTRAL, 113***Daniela Silva Mróz e Júlia Cláudia Rodrigues da Cunha Mota*

Introdução	113
1. Considerações iniciais e Provimentos estaduais	116
1.1. Pontos Convergentes: A Importância da Manifestação de Vontade.....	124
1.2. Ponto Divergente Fundamental: Assinatura das Partes	124
1.3. Vigência das Normas: provisoriedade	125
2. Formalidades do Casamento Civil: Manifestação de Vontade e Publicidade.....	125
3. Problematização da adoção desse tipo de manifestação de vontade	130
4. Casamento on-line com segurança jurídica	132
Conclusões	135
Referências bibliográficas	137

VI.**MEDIAÇÃO NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS****NATURAIS E A RESOLUÇÃO ONLINE DE CONFLITOS, 139***Érica Barbosa e Silva*

1. Introdução	139
2. Conflitos Jurídicos e Formas de Resolução	140
3. Adequação como Pressuposto do Acesso à Justiça	143
4. O Registro Civil como Porta do Sistema de Justiça.....	147
5. Atuação Online do Registro Civil e a Necessidade da Resolução Remota de Conflitos.....	151
6. Conclusão	158
7. Bibliografia	158

VII.**IDENTIDADE ELETRÔNICA DO REGISTRO CIVIL.****A IGNIÇÃO DE UMA NOVA ERA, 161***Gustavo Renato Fiscarelli, Luis Carlos Vendramin Júnior,**Marcelo Salaroli de Oliveira e Ricardo Custódio*

1. Apontamentos sobre a Quarta Revolução Industrial e o Registro Civil 4.0	161
2. A importância da identificação do cidadão para o Estado	163
3. Identidade	168
3.1. Conceito	168
3.2. Fundamento no Registro Civil.....	168
3.3. Identificação civil no Brasil.....	175
3.4. Documentos de Identidade.....	176
4. Considerações Finais	183
Bibliografia	185

VIII.**A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E A PUBLICIDADE
REGISTRAL NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, 187***Kareen Zanotti De Munno e Milena Guerreiro*

Introdução	187
1. A Lei Geral de Proteção de Dados	190
1.1. Breve Contexto Político-Legislativo	190
1.2. Objeto e Princípios norteadores	195
2. Publicidade no Registro Civil de Pessoas Naturais	197
3. Conflito Aparente entre a Proteção dos Dados Pessoais e Publicidade	200
3.1. Princípio da Especialidade	202
3.2. Aspectos Práticos	204
Conclusão	206
Referências Bibliográficas	207

IX.**CRC INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO CONSULADOS-RCPNs, 209***Oscar Paes de Almeida Filho e Karine Maria Famer Rocha Boselli*

Introdução	209
1. O Registro Civil de ontem, de hoje e de amanhã	211
1.1. Um breve olhar histórico	211
1.2. O Registro Eletrônico e o Registro Civil das Pessoas Naturais	216
2. Da CRC-Internacional e os atos de brasileiros ocorridos no exterior	222
2.1. CRC-Internacional	222
2.2. Atos e Fatos Jurídicos relacionados aos brasileiros que tenham ocorrido no exterior	224
2.3. Do Traslado dos atos de brasileiros ocorridos no exterior	225
2.4. Do Controle da Aquisição da Nacionalidade e a CRC-Nacional	230
2.4.1. Da Naturalização e Opção de Nacionalidade: atribuições ao RCPN	235
Conclusão	238
Bibliografia	238

X.**DECLARAÇÃO DIGITAL DE ÓBITO E
A INTERLIGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, 241***Patrícia Gasperini Faria Saliba*

Introdução	241
1. O Registro Civil das Pessoas Naturais e a Quarta Revolução Industrial	243
2. Óbito	247
2.1. Momento da sua ocorrência e o preenchimento do formulário da Declaração de Óbito (D.O.)	247

2.2 Classificação: espécies e subespécies de morte	251
2.3. Obrigatoriedade do registro e da declaração do óbito	253
2.4. Prazo para o registro	256
3. Tecnologia a Serviço da Eficiência – A Declaração Digital de Óbito (D.O.)	257
3.1. Comunicações e informações interligadas	260
4. A Qualificação Registral como Instrumento Hábil para a Concretização da Segurança Jurídica	260
Conclusão	262
Referências Bibliográficas	263

XI.

CENTRAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS (CRC) E RETIFICAÇÕES EXTRAJUDICIAIS: NOVOS DESAFIOS, 265

Eliana Lorenzato Marconi e Raquel Silva Cunha Brunetto

Introdução	265
1. Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC)	267
1.1. Da Ótica Procedimental	273
2. Desjudicialização e a Constitucionalização das Atividades Notariais e Registrais	274
3. Conselho Nacional de Justiça – Órgão Regulador	276
4. Retificações Administrativas – Art. 110 da Lei de Registros Públicos	278
Conclusão	287
Referências Bibliográficas	288

XII.

A CONCESSÃO INDISCRIMINADA DE GRATUIDADES NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, 295

Renata H. F. Camargo Viana e Rui Gustavo Camargo Viana

1. Introdução	295
2. A Gratuidade Universal	299
3. O Princípio da Isonomia	309
4. Os Aspectos Tributários	314
5. Conclusão	318
6. Bibliografia	320

XIII.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS: SOBRE VIRTUALIZAÇÃO E DESVIRTUAÇÃO, 323

Alison Cleber Francisco

Introdução	323
1. A Quarta Revolução Industrial no Registro Civil de Pessoas Naturais	326
O Registro Civil e a Quarta Revolução Industrial	327

Concentração de Informações e o Registro Civil.....	334
A Preservação da Essência da Atividade Registral	336
Registro Civil é Registro Civil.....	339
Conclusão.....	340
Bibliografia	342
Sítios de internet	342